

A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO NA EXTENSÃO RURAL – POTENCIALIDADES E DESAFIOS

Iara Fonseca Sousa

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Interunidades Ecologia Aplicada – ESALQ/CENA-USP

iarafonsousa@yahoo.com.br

País: Brasil

Aceito em outubro de 2015

Publicado em dezembro de 2015

Resumo

Este artigo tem por objetivo discutir a proposta da Construção do Conhecimento Agroecológico (CCA) pelos serviços de extensão rural a partir de uma análise histórica e de sua correlação com o conceito de ecologia de saberes, desenvolvido por Boaventura de Sousa Santos (2007). Sob CCA entende-se os processos de interação e confluência entre distintos conhecimentos, como o científico e o popular/tradicional, que objetivam trabalhar questões relevantes às respectivas realidades, alcançar soluções e práticas coerentes com o contexto sociocultural, promissoras de maior sustentabilidade e equidade no meio rural. Acredita-se que por meio da evidência dos pressupostos que embasam tal proposta, os principais desafios para sua consolidação serão também desvelados. Neste sentido, pretende-se apresentar as bases subjacentes ao processo de CCA, a fim de evidenciar suas essências e, ao mesmo tempo, fortalecer e empoderar seus mecanismos de ação.

Palavras-chave: Ecologia de Saberes, Extensão Rural, Agroecologia

Abstract

This article aims to discuss the proposal of the Construction of Agro-ecological Knowledge (CCA) by extension services from a historical analysis and its correlation with the concept of ecology of knowledge, developed by Boaventura de Sousa Santos (2007). Under CCA means the processes of interaction and merging of distinct knowledge, like scientific and popular / traditional, aimed work issues relevant to their realities, achieve solutions and practices consistent with the socio-cultural context, promising greater sustainability and equity in rural environment. It is believed that by exposing the ways that led to this proposal, demonstrating their conditioning, the main challenges for its consolidation will also be unveiled. In this sense, we intend to present the basis underlying the CCA process in order to show their essence and, at the same time, strengthen and empower their mechanisms of action.

Key words: Knowledge Ecology, Rural Extension, Agroecology

Introdução

O reconhecimento da insustentabilidade socioambiental proveniente do modelo de modernização agrícola no Brasil suscitou o nascimento de diversas iniciativas que tinham por intuito alterar o quadro de desigualdade e destruição presente no meio rural. Estas iniciativas vão desde a proposição de alternativas ao método produtivo, através da consideração de aspectos ecológicos no manejo dos recursos naturais, até o desenvolvimento e fortalecimento da organização social a fim de enfrentar o avanço do modelo hegemônico capitalista que explora e expropria parcela significativa da população mais vulnerável do campo.

Um dos instrumentos de agência destas iniciativas foi o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), que mesmo tendo surgido com a finalidade única de disseminar o pacote do ideal desenvolvimentista no meio rural, atualmente tem como princípio a sustentabilidade e o fortalecimento da agricultura familiar através do desenvolvimento de sistemas produtivos atrelados às realidades locais, conforme explicitado na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária -PNATER.

Nesta tentativa de mudança de paradigma referente ao desenvolvimento rural, buscou-se apoio nos preceitos da agroecologia (AE), enquanto uma proposta de superação do modelo de desenvolvimento rural vigente através da compreensão e reconhecimento da complexidade inerente aos agroecossistemas e da relação existente entre o desenvolvimento das sociedades e as respectivas ações sobre o ambiente. Além da adoção de métodos ecológicos no manejo dos sistemas produtivos, a AE incorpora em seus princípios uma dimensão sociopolítica, buscando orientações multiculturais para o desenvolvimento dos sistemas de produção, como também o fortalecimento e empoderamento dos indivíduos e organizações sociais.

De acordo com a Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que institui a PNATER, os serviços de Ater devem construir, através de metodologias participativas, sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional (Art.3º, VII). A este objetivo da Pnater associa-se o processo da Construção do Conhecimento Agroecológico (CCA), onde se pretende eliminar as barreiras que hostilizam distintos saberes e conhecimentos para, enfim, permitir o afloramento de novos arranjos cognitivos. A CCA, ao partir do diálogo de saberes, reconhece o caráter contingente às sociedades de todas as formas de conhecimento, porém, também reconhece as condições históricas que elevaram o saber científico a um status de superioridade e importância, favorecendo sua disseminação e, conseqüentemente, a invisibilização de outros saberes.

Neste sentido, a CCA valoriza a pluralidade epistemológica existente e reconhece o potencial inerente dos distintos saberes no desenvolvimento de formas de organização e produção promotoras de maior equidade e justiça social, de conservação dos recursos naturais e de sustentabilidade. Aproxima-se, assim, do conceito de ecologia de saberes (ES) desenvolvido por Santos (2007), enquanto o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico. Deste modo, a ES se define contra a hegemonia de qualquer conhecimento, pois qualquer pensamento hegemônico desconsidera o caráter testemunhal de todos os conhecimentos, principalmente na consideração do sujeito enquanto produtor do saber.

No entanto, identifica-se a existência de desafios na sua implementação e consolidação pelas instituições de Ater, o que justifica o objetivo aqui buscado de analisar as bases constituintes do processo de CCA, através de uma análise histórica do serviço de Ater no Brasil. De acordo com Carvalho (2000), a análise histórica e dialética permite alcançar a essência dos fenômenos, uma vez que revela as conectividades existentes entre os fenômenos e a constituição de totalidades dinâmicas.

Uma breve análise histórica do serviço de Ater possibilita, assim, a visualização das bases teóricas, ideológicas e práticas que lhe sustentaram e que influenciam a consolidação da proposta da CCA por este serviço. A opção por tal método remete-se à sua eficácia para o entendimento dos fatos (passados e presentes) e, conseqüentemente, para uma proposição mais sistêmica e precisa dos percursos a serem tomados.

2. Breve relato do serviço de Ater no Brasil e o surgimento da proposta da CCA.

Com a finalidade de evidenciar as principais relações sociopolíticas presentes na história do serviço de Ater no Brasil, o relato abaixo inclui reflexões advindas de autores da filosofia da ciência e da sociologia. De acordo com Kreutz et al. (2005), em cada etapa da história da Ater é possível o reconhecimento da relação e vinculação deste serviço com a respectiva orientação política da época, e conseqüentemente a adoção de diretrizes pedagógicas correspondentes.

Segundo Fonseca (1985), o ano de 1948 significa o início dos serviços institucionalizados de Extensão Rural, com a implantação do Programa Piloto de Santa Rita do Passa Quatro (SP) e a fundação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR-MG), através de um convênio assinado entre o governo de Minas Gerais e a AIA (American

International Association for Economic and Social Development), correspondentes a uma política de criar e manter condições de estímulo ao investimento privado, num momento de interrupção do nacionalismo de Getúlio Vargas, entre os anos de 1945 e 1950.

Esta política partia da ideia de que a melhoria da qualidade da produção agrícola e a fixação do homem no campo garantiriam, de forma mais expressiva, a vinculação destes agricultores ao mercado de financiamento, insumos e produtos. Para tal, aplicaram-se recursos do Estado em serviços e pesquisas, criando assim o Instituto de Pesquisas Agronômicas, a Estação Central de Experimentação Vegetal, a Universidade Federal de Viçosa, a ACAR, entre outros (OLIVEIRA, 1999).

Revela-se assim que a criação do serviço de extensão rural no Brasil coincide com o segundo momento do capitalismo, situado, aproximadamente, entre os anos de 1930 e 1960, onde o objetivo maior era o crescimento em escala que, neste caso, corresponde às corporações industriais norte-americanas de maquinários, fertilizantes e eletrodomésticos, e o fomento do consumo de massa, ou seja, tornar o meio rural brasileiro consumidor de todos estes produtos.

A justificativa para esta “empreitada” norte-americana no Brasil é encontrada na difusão de um ideário de solidariedade institucional, necessário então para justificar a essência hipócrita do capitalismo, do individualismo da ordem econômica, presente na dualidade entre sede de lucro/ moralidade; avareza/ caridade; cientificismo/ tradicionalismo familiar (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009). Segundo Weber, as pessoas precisam de poderosas razões morais para aliar-se ao capitalismo, as quais o colocam como um sistema aceitável e desejável, ou até mesmo, o único sistema possível. Estas representações são necessárias para evitar o desespero ou o niilismo que o capitalismo inspira e gera, tanto aos oprimidos (subserviente ao sistema) quanto aos que têm a incumbência de mantê-la (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009).

Este processo se refere ao Espírito do Capitalismo, como sendo o conjunto de crenças associadas à ordem capitalista que contribuem para justifica-la, legitimando os modos de ação e as disposições coerentes com ela. Este processo é sustentado pela formação da Ciência Econômica, que incorpora o utilitarismo à economia e possibilita considerar, como ponto pacífico, o fato de que tudo que é benéfico ao indivíduo, é benéfico à sociedade. Desta forma, a legitimidade do capitalismo advém deste imenso trabalho social realizado para instaurar o progresso material individual como um critério do bem estar social (BOLTANSKI &

CHIAPELLO, 2009).

As bases teóricas dessa ação extensionista defendiam, portanto, a existência de etapas do desenvolvimento. Os países deveriam passar, naturalmente, pelas etapas de subdesenvolvido, em desenvolvimento e desenvolvido. Ressalta-se que esta concepção teve origem na corrente positivista, caracterizada pela fragmentação dos fenômenos estudados, pela busca por regularidades e ordens e, priorização de dados objetivos e quantificáveis. Ao assumir tal método na análise das sociedades, as ciências humanas desenvolveram a concepção de etapas do desenvolvimento, tomando como parâmetro de análise o próprio mundo ocidental. As outras regiões eram assim visualizadas como presentes num estágio anterior da evolução social, o que, de diversas formas, justificava incursões para estudo e “ajuda” a estas sociedades.

Este caráter relaciona-se diretamente com a forma com que o capitalismo se desenvolve, uma vez que a fragmentação do conhecimento científico corresponde à própria fragmentação e alienação do trabalho e a quantificação na ciência corresponde a concepção do trabalho como expressão numérica (horas de trabalho). Vê-se assim que a organização econômica e social define a forma de apreensão da realidade e a fragmentação desta é essencial para a permanência e reprodução do capitalismo. É vital para este sistema que não se enxergue a totalidade (LUKÁCS, 2003).

Santos (2007) denomina o pensamento moderno ocidental de pensamento abissal, uma vez que cria um abismo entre todas as outras formas de pensamento não-ocidentais, através de um sistema (interdependente) de distinções visíveis e invisíveis. Segundo o autor, no campo do conhecimento, o pensamento abissal consiste na concessão à ciência moderna do monopólio da distinção universal entre o verdadeiro e o falso, sendo que para isso, assenta-se na invisibilidade de outras formas de conhecimento, como os populares, tradicionais, indígenas, etc. (SANTOS, 2007, p.5).

O mesmo autor destaca que a universalização do pensamento ocidental se dá por processos de apropriação, através de mecanismos de incorporação, cooptação e assimilação, e por processos de violência que implicam em destruição física, material, cultural e humana. Pode-se perceber, assim, como a criação do serviço de Ater no Brasil esteve profundamente relacionada a este processo de apropriação e violência ancorando-se, para isso, em justificativas científicas e morais que apontavam para o desenvolvimento e para a melhoria das condições de vida.

Desta forma, sob o pretexto de tirar o meio rural do “atraso”, a extensão rural no Brasil passa a participar do processo de industrialização/modernização do campo através da mudança na base produtiva e da incorporação dos produtores rurais ao modelo urbano/industrial da época (CAPORAL & COSTABEBER, 2004). A partir da ideia de “subdesenvolvimento”, adotada de forma comparativa com os padrões alcançados pelos países do “norte”, determinou-se uma base ideológica e todo um sistema cognitivo, segundo os quais foram elaboradas as formas de intervenção e difusão de um modelo padrão de desenvolvimento, apoiado, nestas chamadas, políticas de “cooperação” (CAPORAL, 2007).

Fez-se uso, assim, do método difusionista, cuja fundamentação teórica é oriunda da escola norte-americana de sociologia rural e cujo expoente no Terceiro Mundo foi Everett Rogers (Petersen, 2007). Segundo Mussoi (2006), o difusionismo caracteriza-se pelo seu aspecto extremamente unidirecional, verticalizado e autoritário, baseado na utilização de estímulos: de ordem metodológica (estratégias persuasiva e reforçadora de comportamentos esperados), de ordem material (sistema de créditos) e de ordem afetiva (reconhecimento público do “bom desempenho”). Este método corresponde à corrente pedagógica chamada Behaviorismo, onde, mediante a utilização de estímulos, se busca a obtenção de respostas em forma de “condutas desejáveis”, que vão assim moldando novos hábitos, novas vontades e novas personalidades.

Este período da extensão rural caracteriza-se pela criação de um abismo entre o técnico e o agricultor uma vez que o único conhecimento considerado válido e pertinente era aquele produzido nas universidades e centros de pesquisa. Neste sentido, o conhecimento científico formado neste período e neste campo do conhecimento esteve voltado para atender às demandas desta agricultura industrial, o que explica, por exemplo, o formato dos currículos dos cursos de agronomia, marcados pelo reducionismo e pela orientação ao mercado de commodities. Neste formato, o conhecimento gerado nas universidades já nasce fragmentado, compartimentalizado e incapaz de compreender tanto o agroecossistema, em toda sua complexidade, como também o conhecimento e tradição dos agricultores e agricultoras, essencialmente complexos. Além de não conseguir compreendê-los, eram, frequentemente, vistos como crendices e superstições, e nem sequer, levados em consideração.

Já em meados da década de 1970, durante o governo de Ernesto Geisel, ocorre a estatização do serviço de extensão rural através da implantação do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sibrater), coordenado em nível nacional pela Empresa

Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) e executada nos estados pelas Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) (BARBOSA,2009).

Segundo Mussoi (2006), implanta-se neste período uma matriz tecnológica altamente especializada e produtivista e as instituições de extensão rural são organizadas dentro da concepção centralizada e descendente, com ampliação de seus instrumentos de controle e supervisão. É criada toda uma organização setorial (produtiva, industrial, comercial) para a oferta de um pacote tecnológico capaz, tanto de padronizar práticas produtivas, como de “enfraquecer” a dependência dos aspectos naturais de cada agroecossistema, tornando a agricultura, até então, relativamente, autônoma, em dependente dos produtos deste pacote tecnológico (COSTABEBER, 2004).

O processo de modernização agrícola resultou em uma drástica alteração dos meios produtivos, da organização do trabalho e, conseqüentemente, de reprodução social no meio rural. No aspecto produtivo foi incentivada a adoção de variedades de plantas altamente produtivas, porém exigentes em relação a insumos químicos (adubos, inseticidas, fungicidas, herbicidas) e água (MUSSOI, 1985, p.41). Além disso, se incentivou a especialização das regiões e a priorização por culturas de exportação através da implantação de extensos monocultivos e a adoção da mecanização.

Estas mudanças só foram possíveis com forte apoio governamental, não só com pesquisa e assistência técnica, mas com intensos subsídios, sistemas de crédito, pagamentos de fretes, redução e isenção de juros e uma série de privilégios. Outro aspecto relevante deste período da extensão rural foi a seletividade do público beneficiário, através do direcionamento dos serviços para aqueles produtores aptos a adotar os pacotes modernizantes e dar as respostas em termos de aumento de produtividade, independentemente de outras conseqüências que isto pudesse acarretar. Aos agricultores de baixa renda o serviço de extensão rural se resumiria num trabalho complementar de cunho social e assistencialista (CAPORAL & COSTABEBER, 2004).

A adoção deste novo modelo tecnológico de produção objetivava a maximização da produção para fins exclusivamente comerciais, o que segundo Paulus & Schindwein (2001), propiciou formas de produção mais eficiente e, aparentemente, mais eficaz em seus propósitos produtivistas, porém, ressaltam que isto só se tornou possível a um custo social e ambiental muito elevado, o que coloca em "xeque" (ou relativiza) a sua eficácia econômica.

De acordo com Barbosa (2009, p.40), durante a década de 1960, o modelo

agroindustrial já apresentava sinais de exaustão devido às constatações relacionadas à depredação dos recursos naturais como o aumento do desflorestamento, erosão, contaminação das águas, do solo, dos animais e do homem por agrotóxicos, redução da biodiversidade e da fertilidade dos solos, etc. No aspecto social, a “revolução verde” provocou, ainda mais, a concentração da terra e de renda e conseqüentemente, o êxodo das famílias rurais para os centros urbanos, proliferando assim inúmeros problemas sociais vinculados à saúde, habitação, transporte, educação e segurança.

A constatação da relação entre o modelo agrícola convencional e a geração de todos estes impactos socioambientais, revelou à extensão rural sua responsabilidade na geração e difusão dos mesmos, o que conduziu a um extenso processo de estudos, avaliações e proposições alternativas, tanto por grupos de resistência, que estavam dentro das entidades de extensão, como, principalmente, por setores acadêmicos, da sociedade civil organizada, das igrejas e de organizações de representação dos agricultores (CAPORAL, 2007). Este período ficou conhecido como o Repensar da Extensão Rural.

Desta forma, a partir da década de 1980 surgem diversos movimentos sociais e organizações não governamentais (ONGs) em prol de uma agricultura alternativa e contrários ao modelo da agricultura convencional como, por exemplo, a rede PTA (Projeto Tecnologias Alternativas), de iniciativa da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), que ancoradas no conceito de sustentabilidade buscaram frear os efeitos maléficos da modernização agrícola (BARBOSA, 2009).

No entanto, segundo o mesmo autor, os métodos adotados para difusão de práticas alternativas de produção seguiram a mesma fórmula positivista, com a valorização do conhecimento técnico e a necessidade de mediadores para a difusão. Em campo, estes métodos se materializaram na formação de agricultores multiplicadores e/ou experimentadores, na implantação de Unidades Demonstrativas (UDs) e Unidades de Transferência Tecnológica (UTTs).

Neste sentido, as ações extensionistas, por mais que buscassem apresentar uma proposta alternativa aos modelos convencionais de agricultura, acabavam por reproduzir esta lógica. “Prova disso, é que o longo tempo de trabalho nas UDs e UTTs não conseguiu potencializar a independência dos sistemas produtivos das famílias acompanhadas” (BARBOSA, 2009, p. 47).

Destaca-se nesse contexto, a crítica de Paulo Freire (1983) em relação ao processo

educacional da extensão convencional, tendo proposto o estabelecimento de uma relação dialética entre o agricultor e o extensionista para a construção de conhecimentos apropriados a cada realidade, além da troca de saberes como uma forma de (re)valorização da cultura local (CAPORAL, 2007),

No entanto, no âmbito político, a partir de 1990, sob uma nova orientação para o desenvolvimento nacional, que tinha por estratégia maior a constituição do “Estado Mínimo” (Kreutz et al., 2005) e o incentivo às iniciativas privadas, ocorre, durante o governo Collor, o desmonte e privatização das instituições públicas de Ater. Por anos, assim, os serviços públicos de Ater ficam carentes de um apoio e orientação federal, limitando-se ao direcionamento estatal ou regional da qual faziam parte, o que conduziu, ainda mais, tais serviços para o atendimento de interesses dominantes no meio rural.

Porém, nos anos de 1997/98, instituições relacionadas aos serviços de Ater e representativas da agricultura familiar, como a Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural- ASBRAER, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, Ministério da Agricultura, Secretaria do Desenvolvimento Rural – SDR, Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural - DATER e consultorias internacionais (FAO), realizam seminários e workshops com o objetivo de estabelecer uma aliança estratégica que permitisse o fortalecimento da agricultura familiar, definindo, para isso, o papel das instituições de Ater (KREUTZ et al., 2005).

Em janeiro de 2000, através do decreto nº 3.338 cria-se o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e no ano de 2003, através do Decreto nº 4.739, a responsabilidade pela Ater é transferida do Ministério da Agricultura (MAPA) para o MDA com a sinalização da agricultura familiar como público alvo beneficiário dos serviços de Ater e com a orientação para um novo modelo de desenvolvimento rural. Segundo Caporal (2011), ao longo do ano de 2003, é levado a cabo um intenso processo democrático e participativo, onde se recolheu um conjunto de sugestões de mais de 100 entidades e mais de 500 pessoas que subsidiaram a primeira proposta da Política Nacional de Ater (Pnater).

De acordo com a Pnater (de 2003) a Extensão Rural deveria “contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com ênfase em processos de desenvolvimento endógeno, adotando-se uma abordagem sistêmica e multidisciplinar, mediante a utilização de métodos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia” [...] “Estabelece ainda que a nova Ater é um processo educativo,

permanente e continuado, que se deve alicerçar em uma prática dialógica e em uma pedagogia construtivista” (CAPORAL, 2007, p. 3).

Destaca-se que o construtivismo, ao negar a possibilidade de separação entre sujeito e objeto considerando ambas construções sociais e históricas, valoriza o aspecto modificável da realidade pesquisada (CARVALHO, 2000). E a agroecologia, enquanto norteadora das ações de Ater, é justificada por representar um novo paradigma para a agricultura e para o desenvolvimento rural, uma vez que é fruto do acúmulo de experiências ancestrais e de diferentes cosmovisões. Neste sentido, ao propor uma abordagem holística e multidimensional da realidade, a construção de novos conhecimentos, através do diálogo de saberes, e se posicionar enquanto uma opção política contra a dominação e a exploração, a agroecologia encoraja e fortalece modelos de desenvolvimento mais sustentáveis e autônomos.

Relaciona-se também o conceito de agroecologia ao movimento, denominado por Santos (2007), de cosmopolitismo subalterno, manifestado através das iniciativas e movimentos que constituem a globalização contra-hegemônica, baseados nos princípios da igualdade e no princípio do reconhecimento das diferenças.

Segundo Barbosa (2009), a tarefa da extensão rural nesta conjuntura é de compreender a agroecologia como proposta de desenvolvimento sustentável, partindo da análise dos sistemas produtivos e suas inter-relações, trabalhando a transição agroecológica como processo potencializado pelas experiências de convivência com os ecossistemas. Desta forma, com a nova política de Ater caberia à Extensão Rural: “estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo, e outras, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando a melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da Agroecologia como eixo orientador das ações” (BRASIL, 2004).

As diretrizes metodológicas para a construção da nova pedagogia de Ater teriam, assim, como escopo orientar a superação das práticas que se distanciam e fortalecer as que se aproximam dos fundamentos da pedagogia emancipadora, que busca revelar a condição dos seres humanos no mundo, que trabalha com os saberes necessários para a ampliação do quadro cultural e a transformação da situação de opressão presente na sociedade (BRASIL, 2010). Os métodos deveriam primar pelo diálogo, pela horizontalidade nas relações, buscando incessantemente a desconstrução da ideia de superioridade do saber científico/técnico sobre o

conhecimento popular.

Neste intuito, no período de 2003 a 2006 ocorrem diversas iniciativas, coordenadas pelo DATER, com o propósito de nivelar os conhecimentos sobre as diretrizes da nova Ater, como capacitação de agricultores e técnicos em metodologias participativas, agroecologia, agriculturas de base ecológica, além de Encontros de Nivelamento Conceitual sobre os eixos da Pnater (Caporal, 2007). No entanto, segundo o mesmo autor, apesar destas iniciativas, notava-se certa inércia que fazia com que os serviços ainda seguissem pautados por velhas práticas difusionistas, usando as obsoletas metodologias de extensão que se mostravam ineficientes e inadequadas para a nova proposta de extensão rural.

Segundo Kreutz et al.(2005), as instituições de Ater apresentavam muitas dificuldades de trabalhar os processos pedagógicos construtivistas, seja pelos procedimentos metodológicos adotados, o qual se encontravam muitas vezes presos aos antigos modelos, seja pela própria estrutura interna das instituições, que não foram modificadas e, portanto, permaneciam altamente verticalizadas a ponto de frear a inteligência de seu quadro funcional, tornando-os frequentemente incapazes de pensar um processo de desenvolvimento construído com os atores sociais.

O mesmo autor aponta também para a permanência de uma postura dos mediadores sociais enquanto portadores da função (ou missão) pedagógica destinada a mudar comportamentos e visões de mundo. Assim, os mediadores valorizam a transmissão de saber para assegurar a viabilidade da instituição que representam, ou a defesa da posição que ocupam num determinado campo. De acordo com Sardam (1995 apud Kreutz et al., 2005) estes agentes de desenvolvimento (extensionistas), na quase totalidade dos casos, não aprenderam a ser mediadores entre dois sistemas de conhecimentos, em especial porque a sua competência técnica foi construída sobre uma negação e uma rejeição dos conhecimentos populares.

Esta dificuldade pode ser justificada pela necessidade imposta pelo novo paradigma de Ater de colocar em xeque os conhecimentos adquiridos no processo de formação dos agentes e da estrutura de organização e gestão das entidades de extensão, na qual eles estão inseridos. Necessitava-se assim refletir sobre a própria prática e tomar decisões sobre seu papel, sua forma de atuação e, ao mesmo tempo, contribuir para a redefinição das estruturas e das relações de poder vigentes nas instituições de Ater (CAPORAL, 2007).

“[...] sabemos que mudar significa quebrar paradigmas que orientam as práticas

tradicionais, o que não ocorre repentinamente e exige decisões políticas de fundo, por parte dos dirigentes. As mudanças de organização e de gestão, embora desejáveis, são difíceis e, geralmente, são caracterizadas por um momento de desordem e de redução temporária da eficiência operacional. Para que esse processo de mudança seja bem-sucedido, são indispensáveis o envolvimento e o engajamento dos membros das organizações de Ater de todos os níveis hierárquicos, de modo que a participação preconizada para a prática da Extensão Rural seja exercitada no interior das entidades, democratizando-se as decisões e estimulando-se a co-responsabilidade nos avanços da Extensão” (CAPORAL, 2007, p.8).

Em 2010 é promulgada a primeira Lei de Ater (nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010), a qual institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER (BRASIL, 2010a). De acordo com Caporal (2011) a promulgação desta lei ficou marcada pela ilegitimidade sociopolítica da iniciativa governamental, uma vez que o governo federal menosprezou a participação popular que havia sido o alicerce para a Pnater de 2003 e realizou mudanças de caráter técnico-burocrático que, entre outras coisas, eliminou a Agroecologia do texto original.

Porém, apesar deste “retrocesso”, constata-se que questões fundamentais para a consolidação de uma nova postura da Ater permaneceram neste documento, como pode ser visto nos seguintes parágrafos da Lei:

Art.3º, I - desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;

Art. 3º, III - adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;

Art.4º, VII - construir sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional;

Art.4º, XII - contribuir para a expansão do aprendizado e da qualificação profissional e diversificada, apropriada e contextualizada à realidade do meio rural brasileiro.

É inevitável também as transformações que foram provocadas, tanto no aspecto individual como também institucional, como consequência de todo este período de reflexão sobre o papel da extensão rural e a necessidade de mudança de paradigma para o alcance de maior sustentabilidade no campo. Isso pode ser constatado, por exemplo, pelo perfil das

chamadas públicas de Ater, onde a Agroecologia e a participação social se apresentam como condicionantes para tais serviços¹ e também pela implementação da Política Nacional de Agroecologia e de Produção Orgânica (Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012), que dentre seus objetivos está a adequação e a ampliação dos serviços de ATER para os sistemas de produção orgânicos e agroecológicos (Art.4º, iv).

Neste sentido, parte-se da reflexão de que apesar de prevalecer até hoje uma orientação política e institucional voltada para a consolidação do ideal desenvolvimentista no meio rural, arranjos estabelecidos entre diferentes atores, com interesses em comum, tornam possível o estabelecimento de novos valores e o direcionamento das estratégias de ação. Atualmente, constata-se a existência de variadas condições e atuações da Ater, o que reflete, exatamente, um processo de transição, tanto de redefinição de prioridades, valores e visões de mundo, como de métodos e de organização institucional.

Este resgate histórico do serviço de extensão rural no Brasil permite, portanto, visualizar as diretrizes políticas, ideológicas e metodológicas que embasaram seu surgimento, como também, permitiu a visualização do cenário onde se deu a reorientação de tais serviços, só possível pela concordância e militância de muitos atores sociais que, em seus diferentes campos de atuação, pressionaram para o direcionamento de outros interesses.

As diretrizes metodológicas para a construção da nova pedagogia de Ater teriam, assim, como escopo orientar a superação das práticas que se distanciam e fortalecer as que se aproximam dos fundamentos da pedagogia emancipadora, que busca revelar a condição dos seres humanos no mundo, que trabalha com os saberes necessários para a ampliação do quadro cultural e a transformação da situação de opressão presente em nossa sociedade (BRASIL, 2010).

Neste sentido, propõe-se aqui focar a discussão sobre a proposta da construção do conhecimento agroecológico nos serviços de Ater, representado, principalmente, pelo parágrafo III, Art. 3º da PNATER, pelo fato de lhe atribuir a potencialidade na geração de uma maior sustentabilidade no meio rural, como fruto da construção coletiva da aprendizagem e não a corrente disseminação de um conhecimento ou de uma técnica subserviente a um modelo de desenvolvimento.

A Construção do Conhecimento Agroecológico nos serviços de Ater: potencialidades e desafios.

A ideia da CCA, acolhida dentro da agroecologia, vem sendo utilizada, no sentido do contemporâneo processo de acúmulo de conhecimento, de diálogo entre saberes ou de sistematização de experiências dos atores (PETERSEN, 2007). A CCA é, portanto, essa construção coletiva da aprendizagem, que, poderia ser definida como “um processo relacional entre os atores dentro das arenas, tendo esses, a capacidade de agência para construir projetos diferenciais para suas vidas. A interface participativa entre os atores, através do método participativo, é elemento essencial, ocorrendo no sentido do diálogo do saber tradicional e científico, ou seja, o conhecimento empírico e científico das características ambientais do ecossistema, e as propriedades sociais do grupo são os objetos do debate entre os atores. A totalidade do processo é voltada para o caminho de uma transição agroecológica construída coletivamente pelos atores e orientada a caminhos sustentáveis de desenvolvimento rural” (COTRIM, 2013).

A CCA é vista, assim, como um possível caminho para a construção e resgate da soberania, dignidade e autonomia das comunidades rurais, uma vez que reconhece e valoriza os conhecimentos e experiências das populações do campo na construção das propostas de intervenção no meio. O conhecimento técnico/científico, da mesma forma, colabora no sentido de responder às demandas surgidas pela comunidade e de apresentar alternativas agrícolas e econômicas compatíveis àquela realidade, adotando para isso uma abordagem holística, que objetiva enxergar a complexidade inerente às distintas realidades.

Considera-se, portanto, os diferentes atores envolvidos nos serviços de Ater (extensionistas, agricultores e agricultoras) como fontes distintas de saber, de experiência e de motivações, e que, na proposta da CCA, estas diferenças permitirão tanto o afloramento de projetos específicos e compatíveis com as respectivas realidades postas, como também o resgate de estratégias de ação coletiva, caracterizadas pela participação, cooperação e coesão social.

Compatibiliza-se assim à ideia de ecologia de saberes, conceituada por Santos (2007, p. 22), que “[...] que se baseia no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna) e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer a sua autonomia. A ecologia de saberes baseia-se na ideia de que o conhecimento é interconhecimento”.

Segundo Sevilla Guzmán e González de Molina (1996, apud Caporal, 2009) a dimensão local, por ser portadora de um potencial endógeno, rico em recursos, conhecimentos

e saberes, facilita a implantação de estilos de agricultura potencializadores da biodiversidade ecológica e da diversidade sócio-cultural.

“[...] a ênfase no conhecimento local exige que o saber do extensionista não continue sendo considerado como um saber dominante e o único saber válido. A compreensão de que as sociedades desenvolveram um tipo de conhecimento próprio, derivado de suas experimentações e segundo suas necessidades históricas e modos de vida específicos, faz com que a Agroecologia proponha a reconstrução de sistemas agrícolas tradicionais a partir dos conhecimentos tradicionais acumulados, sem negar a utilidade das ciências convencionais e da integração de novos conhecimentos” (CAPORAL, 2004, p.58).

Desta forma, o que se propõe na CCA é justamente eliminar as barreiras que hostilizam distintos saberes e conhecimentos para, enfim, permitir o afloramento de novos arranjos cognitivos. Estes novos conhecimentos, sendo frutos de experiências variadas, conectados a cada realidade trabalhada e, assumidamente, contrários à depredação e exploração de toda forma de vida, carregam, portanto, um enorme potencial de sustentabilidade e de fortalecimento dos arranjos sociais locais.

No entanto, Mussoi (2006) atenta para o fato de que a adoção desta perspectiva construtivista, libertadora e humanista implica em uma mudança de postura, de visão de mundo para, enfim, transformá-lo. Desta forma, supera ou transcende à simples mudança de método. “Ser dialógico, para o humanismo verdadeiro, não é dizer-se descomprometidamente dialógico; é vivenciar o diálogo. Ser dialógico é não invadir, é não manipular. Ser dialógico é comprometer-se e empenhar-se na transformação constante da realidade” (MUSSOI, 2006, p.31).

De acordo com Santos (2007, p.20) o enfrentamento das injustiças sociais e ambientais deve ser precedido por um enfrentamento epistemológico: “[...] não existe justiça social-global sem justiça cognitiva global”. O autor ainda reforça que esta justiça cognitiva não se refere a uma distribuição mais equitativa do conhecimento científico, mas sim o reconhecimento da pluralidade epistemológica existente nas sociedades periféricas. A tarefa que se apresenta é, portanto, um pensamento alternativo de alternativas, desenraizado da lógica ocidental de pensamento – um pensamento pós-abissal.

Segundo o mesmo autor, para uma ecologia dos saberes, o conhecimento como intervenção no real é a medida do realismo. “A credibilidade da construção cognitiva mede-se pelo tipo de intervenção no mundo que proporciona, ajuda ou impede. Como a avaliação desta

intervenção combina sempre o cognitivo com o ético-político, a ecologia de saberes distingue objetividade analítica da neutralidade ético-política” (SANTOS, 2007, p.26).

Sendo assim, a proposta da CCA pelos serviços de Ater, representa a possibilidade para a emergência de novos modelos de organização e desenvolvimento do meio rural, uma vez que permite a interação entre distintas representações e posições sociais. No entanto, apesar da consensualidade acerca da relevância do processo de CCA nos serviços de Ater ressalta-se a complexidade inerente a tal proposta uma vez que esta se encontra atrelada e dependente de distintas estruturas organizacionais (mentais, institucionais, políticas, ideológicas, etc) que ainda estão num processo de reestruturação. Desde modo, são muitos os desafios que se impõe à sua adoção e consolidação pelas instituições de Ater.

De acordo com Cotrim (2013), a formação acadêmica dos articuladores, quando pautada pelos conceitos da ciência moderna, determinam uma linearidade de abordagem, sendo a validação apoiada na verdade científica comprovada em laboratório.

“Dentro dessa concepção científica, o processo de desenvolvimento ocorre centralmente pela introdução de inovações tecnológicas do ambiente externo para o interno; [...] O debate da participação dos atores nos processos, ou mesmo da democracia na tomada de decisão, não é negado dentro dessa formação acadêmica, mas existe um senso comum no qual as inovações tecnológicas, cientificamente comprovadas, são entendidas como o caminho para o desenvolvimento, normalmente em uma argumentação pelo viés econômico. Esse foi o caminho na formação acadêmica da quase totalidade desses articuladores” (COTRIM, 2013, p.225).

Num esforço de síntese, pode-se afirmar que os desafios para a consolidação da proposta da CCA, enquanto ecologia de saberes, pelos serviços de Ater relacionam-se aos métodos adotados, à dificuldade de reconhecimento de outros saberes (como resultado de uma formação técnico-acadêmica ainda pautada pela ciência positivista) e à estrutura organizativa das instituições.

Reflexões e considerações finais sobre os desafios da CCA nos serviços de Ater

A análise histórica do serviço de Ater através das contribuições da sociologia e da filosofia da ciência possibilitou a evidência das bases ideológicas que lhe sustentaram e que também condicionaram a existência da atual proposta da CCA. Foi possível identificar tanto a contribuição da ciência positivista no desenvolvimento e disseminação do ideal desenvolvimentista para o meio rural, através de consolidadas justificativas socioeconômicas,

como também a visualização do quadro onde se deu o reconhecimento de crise socioambiental e as conseqüentes soluções apontadas para tal superação.

Neste sentido, considera-se a proposta da CCA como presente em um outro paradigma, pautado no reconhecimento de uma pluralidade epistemológica, do potencial inerente à estes diferentes saberes (como frutos de um processo de coevolução socioambiental) e no respeito à esta diversidade sociocultural. Esta proposta tem por objetivo emergir opções alternativas ao modelo de desenvolvimento capitalista, promotoras de maior equidade e justiça social, de conservação dos recursos naturais e de sustentabilidade.

Contudo, quando se volta a atenção para os desafios apontados para a consolidação da CCA pelos serviços de Ater como, estrutura institucional inadequada, cultura imediatista, falta de processos pedagógicos construtivistas; o despreparo em trabalhar com a complexidade dos agroecossistemas e dos saberes locais; formação técnico/acadêmica dos extensionistas (Kreutz et al., 2005; Cotrim, 2013), constata-se que as estruturas mentais e institucionais permanecem presas às mesmas ideologias que sustentaram a criação do serviço de Ater.

A permanência dos mesmos pressupostos na produção do conhecimento acabam por inibir a criatividade cognitiva e estabelecem resistências e preconceitos à outros saberes e cosmologias. Por outro lado, como reflexos desta mesma orientação desenvolvimentista, a estrutura organizativa das instituições de Ater e seus instrumentos de ação permanecem, em muitos casos, centralizados, hierárquicos e impróprios para o desenvolvimento de processos participativos e dialógicos, que por sua vez, demandam tempos e critérios distintos de concretização e avaliação.

Uma vez que a proposta da CCA está ancorada em princípios da igualdade, da diversidade e do respeito, sua consolidação só será exequível mediante condições favoráveis a sua prática. Indica-se, assim, mudanças e reformas educacionais capazes de promover conhecimentos contextualizados e complexificados, cientes de sua condição de existência e interferência no meio e na sociedade.

Indica-se também reformas na estrutura organizativa das estruturas institucionais, assim como de seus instrumentos de ação, no sentido de permitirem o desenvolvimento de processos mais horizontais, democráticos e apropriados para o alcance de maior autonomia e sustentabilidade no meio rural. Os métodos devem favorecer a participação de agricultores e agricultoras, criando canais diversificados para o afloramento de opiniões, críticas e saberes. Deve-se primar pelo diálogo, pela horizontalidade nas relações, buscando incessantemente a

desconstrução da ideia de superioridade do saber científico/técnico sobre o conhecimento popular.

Por fim, reconhecendo que ainda há um extenso caminho para o alcance destas reformas institucionais e cognitivas, a participação igualitária de todos os atores sociais na elaboração e desenvolvimento das atividades de extensão deve ser encarada como uma prioridade e uma premissa para a proposta da CCA pelos serviços de ater. A promoção da participação deverá permitir o afloramento de distintos arranjos sócio-cognitivos e a construção de estratégias coerentes com o contexto e cultura local, formadas a partir do diálogo entre saberes e comprometidas com os valores de soberania territorial, solidariedade e sustentabilidade.

Referências

- BARBOSA, A. G. Encontros e desencontros da extensão rural brasileira na construção coletiva de conhecimentos e saberes. In: THEODORO, S.H., DUARTE, L.G., VIANA, J.N. (orgs). Agroecologia: um novo caminho para a extensão rural sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 236p.
- BRASIL, LEI Nº 12.188, DE 11 DE JANEIRO DE 2010 - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para a construção de uma pedagogia de ATER. Brasília: MDA/SAF, 2010.
- BOLTANSKI, Luc e CHIAPELLO, Ève (2009), O novo espírito do capitalismo, São Paulo: Martins Fontes.
- CAPORAL, F.R., COSTABEBER, J.A. Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.
- CAPORAL, F.R. Extensão Rural e Agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível. Brasília, MDA, 2007, 398 p.
- CAPORAL, F.R. Lei de Ater: exclusão da Agroecologia e outras armadilhas. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Vol. 4, nº 1, Ago/Dez, 2011. Porto Alegre: EMATER-RS-ASCAR. p.23-33.
- CARVALHO, A. M. et al. Aprendendo metodologia científica: uma orientação para os alunos de graduação. São Paulo: O Nome da Rosa, 2000.
- COTRIM, D. S. O estudo da participação na interface dos atores na arena da construção do conhecimento agroecológico. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento

Rural. Porto Alegre-RS, 2013, 244p.

ELIAS, Norbert (1994), O processo civilizador. Formação do Estado e civilização, volume 2, São Paulo: Jorge Zahar.

FONSECA, M.T.L. A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital. São Paulo: Loyola, 1985. 192p.

FREIRE, P. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GUZMÁN CASADO, G.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M.; SEVILLA GUZMÁN, E. (Coord.). Introducción a la Agroecología como desarrollo rural sostenible. Madrid: Mundi-Prensa, 2000.

KREUTZ, I.J., PINHEIRO, S. L. G., CAZELLA, A. A. A construção de novas atribuições para a assistência técnica e extensão rural: a mediação com reconhecimento da identidade. Extensão Rural, DEAER/CPGExR – CCR – UFSM, Ano XII, Jan – Dez de 2005. P. 41-67.

LUKÁCS, G. História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MUSSOI, E.M. Extensão Rural: Uma contribuição ao seu repensar. Rev. Centro de Ciências Rurais, Santa Maria, 15 (1):37-50, 1985.

MUSSOI, E. M. Enfoques Pedagógicos para uma Extensão Rural Agroecológica”, 2006. Disponível em <http://www.territoriosdacidadania.gov.br> . Acessado em 02/06/2014.2006

OLIVEIRA, M.M. As circunstâncias da criação da Extensão Rural no Brasil. Caderno de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.16, n.2, p.97-134, maio/agosto. 1999.

PAULUS, G.; SCHLINDWEIN, S. L. Agricultura sustentável ou (re)construção do significado de agricultura? Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v.2, n.3, jul./set, 2001.

PETERSEN, P.; DIAS, A. (Org.). Construção do Conhecimento Agroecológico: novos papéis, novas identidades. Rio de Janeiro: Grafici, 2007.

PRIGOGINE, I. La fin des certitudes. Paris: Odile Jacob, 1996; Trad. Ingl.: The end of Certainty (Nova York: Free Press, 1997).

SANTOS, B.S. Para Além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Revista crítica de Ciências Sociais, 78, Out., 2007.

SARDAN, Jean-Pierre Oliver de. Anthropologie et développement – essai en socio-anthropologie du changement social. Karthala: 1995.

WALLERSTEIN, I. O fim do mundo como o concebemos. Ciência social para o século XXI. Rio de Janeiro: Revan, 2002.